

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Ricardo Luiz Sapia de CAMPOS¹

Neste número a REDD traz contribuições acerca das temáticas: agricultura e ruralidades. Penso “que a melhor definição de agricultura e de trabalho agrícola possam ser extraídos do conhecido e “famigerado” livro *Multidão* escrito pelo pensador italiano *Antonio Negri* em co-autoria com o lingüista norte americano *Michel Hardt*. Autores, como se sabe, que não se ocupam da especificidade do tema e menos ainda da pesquisa sobre agricultura e ruralidade:

[...] extremamente diferentes da mineração, do trabalho industrial, do trabalho nos serviços e outras formas de trabalho. A vida agrícola tem uma relação impar com a terra desenvolvendo uma relação simbiótica com a vida dos elementos – o solo, a água, o ar, a luz do sol. [...] A agricultura é e sempre será uma forma singular de produção e de vida, e no entanto – os processos da modernização têm criado relações comuns de produção e de vida, e no entanto, - este têm sido nosso ponto primordial – os processos da modernização tem criado relações comuns de produção e troca que são compartilhadas pela agricultura e outras formas de produção. (NEGRI; HARDT, 2004, p.165).

Agricultura, e, portanto, o trabalho agrícola são especificidades que existem sem a necessidade de sua caracterização. De uma especificidade e singularidade que caracteriza um tipo de trabalho altamente cognitivo, portanto imaterial e reflexivo. Não existe um lócus mais fértil para estudar e entender as relações entre saber e conhecimento produtivo que aquelas atinentes às sociedades rurais e ao mundo agrícola. É a relação simbiótica com os elementos vitais que caracteriza e singulariza a agricultura apontando sempre para sua própria transformação na relação com estes elementos. Seja qual for a agricultura que se pratica, ou o lugar que determinada agricultura é praticada, ela sempre é dotada de imprevistos e de possibilidades. Desde a complexidade da alteração do mapa genético das plantas, ou da transgenia, até a produção agro-ambiental e orgânica, a atividade agrícola sempre é e será caracterizada pela imprecisão e por possibilidades. Por isso a chamada “agricultura industrial”

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Coordenador do Grupo de Estudos: Capitalismo Cognitivo, ruralidade e agricultura Araraquara – SP - Brasil. 14.800-901 - sapiacampos@yahoo.com.br

Apresentação

nunca conseguiu níveis de segurança e precisão no tocante a pauta da segurança alimentar e nem mesmo com relação aos resultados de médio e longo prazo na alteração do mapa genético das plantas, ou da simples introdução de elementos, insumos, ou plantas e animais exóticos num determinado eco sistema. A agricultura é por excelência a atividade humana que não se dissocia da natureza devendo com ela estabelecer um diálogo que indique possibilidades.

O trabalho agrícola, por sua vez, assume várias formas, algumas historicamente determinadas como organizações coletivas típicas das comunidades rurais remanescentes ao período feudal ou mesmo o posterior assalariamento agrícola; outras, fragmentadas e dispersas estabelecendo um elo complexo de conexão entre si, apontando para a diversidade e a “multiplicidade de singularidades” que permeia a realidade contemporânea. De toda maneira, quer seja nos solos mais pobres, ou então naqueles em que a terra é mais generosa a agricultura é caracterizada pelo trabalho agrícola. É o trabalho agrícola, ou para ser mais laico possível, é a ação do homem sobre a natureza que caracteriza a agricultura. A agricultura não existe sem a ação humana, e por isso penso, seja um terreno tão propício e frutífero para estudar tais relações. Também, em consonância, pelo fato de apesar da agricultura não existir sem a ação do homem ela não permite que o homem (cultura) se realize em suas determinações. É, por fim, a relação simbiótica homem natureza que caracteriza a agricultura.

A trama de relações possíveis é grande, e o presente número da REDD indica tais possibilidades. Desde o vínculo com o Estado e suas formas de intervenção até as pautas de políticas públicas etc., mas todas elas imanentes a ação dos agentes. É o agente com suas tramas mais complexas, na fuga (migração), na construção de alternativas a fuga, ou na organização produtiva em suas multiplicidades (multifuncionalidade, pluriatividade, agroecologia, agrobiodiversidade, etc.), ou ainda na construção de mercados, que constrói possibilidades. Assim, a agricultura aparece como um *devoir*, ou seja, como possibilidades.

Todos os temas apresentados pelos autores neste dossiê, cada qual a seu modo, estão articulados sobre este prisma duma agricultura e ruralidade cheias de significados e possibilidades. Pela idéia de possibilidades a partir deste vínculo atávico homem/natureza assumindo diferentes formas; o mundo rural ou as ditas sociedades rurais como terreno fértil na construção de possibilidades a partir da experiência, da experimentação, enfim da paciência que caracteriza e singulariza o trabalho na agricultura e as sociedades rurais.

Apresentação

Apresentamos uma modesta homenagem ao recém-falecido historiador britânico *Eric Hobsbawm*. Não por falta de homenagens, em vida ou póstuma, quicá até mesmo pelo excesso delas. Mas em se tratando de figura pública da notoriedade de Hobsbawm buscamos destacar rapidamente alguns aspectos do seu trabalho relacionado à sua biografia.

O artigo “O tempo do patrão” de Marcos Paulo Campos apresenta e debate relações de trabalho (meia, parceria, peonagem, meação, etc.) que seguindo os passos do autor se colocam como resquícios de um passado de “mando”, “do patrão”, e a liberdade que sugere a “apropriação do tempo” por parte dos trabalhadores com a ação do MST e a posterior conquista da terra. Interessante perceber que é inevitável remeter “o tempo do patrão” aos “famosos dias de dádiva” dos servos da gleba, mesmo considerando que este debate sobre a existência ou não de feudalismo no Brasil tenha suscitado tanta discussão no passado. O mundo rural, ou a organização do trabalho engendram a trama de um micro-cosmos.

A “vida travessia” é apresentada como sendo continuidade e descontinuidade, como conjugação do tempo definindo lugares num espaço cheio de significados. O ato de nomear e dar sentido as coisas passando pela vivência cotidiana, pela alegria no viver no comum. O artigo de Marisa Farias sobre a organização de famílias em assentamentos rurais do Mato Grosso do Sul indica que a travessia não passa, é uma constante que dá sentido a vida.

Ettore Dias Medina de maneira interdisciplinar se propõe a analisar obras literárias de Murilo de Carvalho que tem como protagonistas trabalhadores rurais. Retoma e discute o tema da chamada “literatura de testemunho” apontando sistemas de organização de trabalho no campo como o colonato e o assalariamento, apontando seus desdobramentos como a conquista do “Estatuto do Trabalhador Rural”, em 1963. O “desenraizamento” é a dor perene que percorre as narrativas de vida e que constrói – na “travessia” - para lembrar Guimarães Rosa, as mudanças que comporão o novo cenário: do volante, bóia-fria. As subjetividades dos trabalhadores são entendidas pelo autor, seguindo os passos de Murilo de Carvalho, como possibilidades a partir do processo narrado, enfatizando fatores como a fome, o flagelo, o isolamento, a invisibilidade dentre muitos outros. Mas a fome acaba quando se come, e o sonho arrefece. Quando se sonha com comida, o sonho continua. A esperança, ou mesmo a crença, que a conquista da terra – a reforma agrária – seria a solução, tem desdobramento no trabalho seguinte.

O artigo de Vera Botta, Luis Barone e Henrique Carmona traça e discute a complexidade de tramas e conflitos internos nos assentamentos de reforma agrária, tomando

Apresentação

dois casos: Araraquara e Pontal do Paranapanema. Destacam ocorrências, com enfoque para o caso da parceria com usinas para o plantio de cana-de-açúcar e que tem gerado inúmeros conflitos entre produtores e órgãos de gestão pública. Pontuam a “totalidade” da vida dos assentados ressaltando que o desenvolvimento, e assim as políticas públicas para os assentamentos, devem ser tomadas em conjunto. Tirando o foco da renda pura e simples, sem evidentemente desconsiderar este fator, observam melhoras significativas para os assentados, principalmente a partir dos planos e programas: PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, e o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Dentre outras apontam para a erradicação da chamada pobreza rural.

Everton Picolotto propõe trabalho que analisa de que maneira a pequena agricultura do sul do Brasil constrói a pauta ambiental incorporada pelos sindicatos rurais. Aponta que fatores de ordem estrutural como a reconversão do modelo de organização produtiva dos pequenos produtores, a incorporação da pauta ambiental, aliada a presença de um tipo de sindicalismo construído “na base”, foram fatores decisivos. Desta maneira o movimento (e o sindicalismo com instituição) se reforma, muda. O autor, em decorrência dos próprios argumentos, sugere um novo sindicalismo rural brasileiro, fomentado desde a década de 80 quando se pontuava os efeitos negativos da modernização, com especial atenção para a degradação do meio ambiente. Um movimento vis a vis organizado a partir do modelo do sul e que é incorporado pela CUT e da sua vertente integrativa que se organiza na base de uma agricultura familiar. Com o qualificativo de Sustentabilidade ambiental a agricultura ecológica é positivada na prática e atuação da agricultura familiar.

A agrobiodiversidade é tema que Felipe Gavioli discutindo a partir da sua experiência de pesquisa no assentamento Monte Alegre de Araraquara – SP. Este tipo de produção é apresentado como uma possibilidade real para os assentos na forma de uma produção “alternativa”, fomentando também mercados locais. Indica a preservação de sementes, sua difusão local e a atenção a pauta da segurança alimentar.

Alana Moraes apresenta artigo onde discute a organização produtiva e os conflitos entre atores no chamado “Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano”, discute as transformações no tocante a organização do trabalho, e os conflitos internos engendrados entre os atores (agentes produtivos) com o SEBRAE, enquanto instituição que busca “embutir” o seu perfil “empreendedor”. Destaca a formação (explosão) do pólo produtivo de

Apresentação

Sulanca como tendo surgido “espontaneamente” (pela ação do agente e não como iniciativa e investimento do Estado); também, a formação e organização produtiva característica das comunidades e de suas experiências práticas o que sugere um *savoir-faire*.

María Luz Roa propõe artigo sobre o impacto da urbanização na organização da vida e trabalho agrícola de famílias de Misiones na Argentina. Reconstrói a categoria família em seus desdobramentos contemporâneos, e, na caracterização das famílias (tipos de família) do espaço periurbano de Misiones, fazendo “recorte” de gênero. Contribui com o debate contemporâneo sobre a organização da família nuclear, sugerindo a pluralidade típica das famílias pós-modernas. Analisa como a organização produtiva influencia na organização das famílias, bem como tais famílias em suas diversidades dão o “colorido” da organização produtiva.

Pluriatividade e multifuncionalidade são termos cheio de significados e que de um modo ou de outro contém a gama e variedade de experiências vivenciadas nas últimas décadas. Ao que parece a experiência que se convencionou chamar de “turismo rural” não pode ser colocada como paralela, mas “contida” naquelas de pluriatividade e multifuncionalidade. Acontece que tais experiências aparecem em suas várias facetas, mobilizadas tanto pelos atores sociais – pelos produtores- quanto pelas instituições. Nem sempre a expressão da “pluralidade de atividades e de multi-funções na agricultura” se constituem na expressão real do resultado do trabalho e da organização do trabalho agrícola. “Turismo rural” é termo carregado de significados subjetivos, pois além da multiplicidade de atividades e funções depende de um complexo fator estético e de seu consumo. Estas são algumas das contribuições de Sacco dos Anjos e Nádía Velleda.

Estevam, Salvaro, Lanzarini e Busarello, contribuem com tema inovador sobre cooperativas virtuais ou não patrimoniais, no contexto de produção agrícola no Estado de Santa Catarina. Trabalham com definição de agricultura familiar na reconstrução dos agentes produtivos destas experiências cooperativadas, discutindo com autores, e arejando o debate acerca do tema. O reconhecimento das iniciativas coletivas deste tipo de cooperativas, passa pelo crivo de uma legislação que não lhes dão respaldo e amparo legal necessário.

A seção “estudos” é destinada a “experimentação” de pesquisa. Nesta conta mais um “bom problema” do que as boas respostas. Trata-se da seção dos “intelectualmente perturbados”, seguindo o espírito de “experimentação” e “desconexão” que “iluminam” a revista.

Apresentação

Em co-autoria com as jovens pesquisadoras Jéssica e Daniela, apresento as linhas gerais o projeto de pesquisa desenvolvido na UNESP/FCL/Ar. Buscamos apresentar os problemas teóricos e de pesquisa perseguidos e seus primeiros desdobramentos.

O trabalho de Matheus Sanches, resultado da sua monografia de conclusão de curso, analisa as políticas de certificação socioambiental no chamado setor sucroalcooleiro paulista. Traz elementos para pensar como o mercado e a produção agroindustrial de ponta tem lidado com as pautas públicas, no caso da sustentabilidade e da preservação ambiental.

Andréia Roviero propõe artigo que resulta da sua experiência de pesquisa e levantamento de informações em Assentamentos de Reforma Agrária. Em “Assentados e trabalhadores rurais: as cooperativas e o MST” apresenta problema bastante original e pertinente, fruto da sua inserção na realização de trabalho de campo. Recupera tema debatido desde alguns anos dentro do MST e fora dele: como tocar projetos e iniciativas coletivas dos trabalhadores visando a socialização de resultados e formação de consciência dentro duma realidade que tende a individualização e a competitividade do mercado.

Licia Fagotti escreve sobre seu projeto, estudos e pesquisa em assentamentos de reforma agrária de Araraquara. Busca entender como as “rádios livres” construídas neste ambiente contribuíram para a formação de consciência dos assentados ou mesmo das chamadas comunidades rurais em que estes assentamentos se inserem. Situa a emergência destas rádios, portanto a sua ocorrência localizada, com um fluxo global de liberdade e construção de alternativas verticais advindas com a crise “das medidas” (desregulamentação ou crise da medida do trabalho, socialização dos meios de comunicação, etc.)

Por fim María Gabriela nos brinda com a resenha do livro de *Miguel Mazzeo* sobre *Mariátegui* e o socialismo na América Latina em que o autor recupera uma discussão clássica sobre a organização e formação de classes no século XX, com particular atenção para a particularidade do campesinato latino-americano e sua capacidade de auto-organização.

REFERÊNCIAS

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2004.